



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Feminismo e Serviço Social.

QUESTÃO SOCIAL – A CONSUBSTÂNCIA CLASSE E GÊNERO

QELLI ROCHA¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo problematizar a Questão Social no Brasil e suas particulares. Para tanto, apresentará o debate sobre as relações sociais de gênero e raça compreendendo como o modo de produção capitalista tardio no Brasil corrobora para a economia de dependência, para superexploração das mulheres e superacumulação capitalista imperialista. Também, a reflexão sobre a construção de identidades/identitárias. Parte da análise bibliográfica sobre Questão Social- sobreacumulação – superexploração, com base na perspectiva marxista.

Palavras-chave: Questão Social ;Gênero; Classe.

Abstract: This article aims to problematize the Social Question in Brazil and its particulars. To do so, it will present the debate on the social relations of gender and race, understanding how the late capitalist mode of production in Brazil corroborates for the economy of dependence, for overexploitation of women and imperialist capitalist overaccumulation. Also, the reflection on the construction of identities / identities. Part of the bibliographical analysis on Social Issues - overaccumulation - superexploration, based on the Marxist perspective.

Keywords: Social Question; Gender; Class.

Introdução.

É consenso entre os estudiosos de serviço social que a Questão Social é indissociável do modo de produção de acumulação capitalista, lamamoto (2001); Netto (2001), assim como também é consenso que esse modo de produção guarda particularidades na América Latina, em especial no Brasil.

De acordo com lamamoto (2001, p. 11), na tradição marxista esta categoria é compreendida como parte constitutiva de “*processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto dos processos que se desenvolvem sob relações sociais - históricas - econômicas de produção específicas*”. Neste sentido, estabelecer mediações que apresentem, evidenciem ou aproximem as “*dinâmicas produtivas e reprodutivas, as condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam*” a realidade brasileira, ou a

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade de Brasília/ Universidade Federal de Mato Grosso E-mail: <qelliviviane@yahoo.com.br>

formação sócio histórica que articulam consubstancialmente as relações de gênero e raça no Brasil, não é um desafio fácil a ser enfrentado.

Considerando que toda apreensão desta categoria parte dos estudos de orientação europeia que erige o proletário enquanto expoente categorial da classe trabalhadora, vimos que sua análise e uso passa a ser cunhada a partir de 1835 por Engels na obra: “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1986)*”, em que se evidencia uma forma de “*pauperização absoluta massiva da classe trabalhadora*” inscrita pela instauração do capitalismo em sua fase industrial.

De acordo com Netto (2001, p. 42), o pauperismo absoluto massivo da classe trabalhadora, sob a égide do capitalismo industrial, se aparta e se diferencia de todas as outras formas de organização societal, pois nesta a “*pobreza, cresce na razão direta em que se aumenta a capacidade de riquezas*”. Para além disto, os processos que geram a riqueza e a pobreza ao mesmo tempo são em si conflitantes, contraditórios e antagônicos. Se por um lado é *necessário* o trabalho livre e assalariado, por outro, é também necessário a total dissolução dos trabalhadores dos meios de produção.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. [...] o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. (Marx, 2017, p. 786)

Cabe destacar, que esse processo preenhe de contradições, na maioria das vezes apreendida pela perspectiva burguesa, escamoteia o processo de conversão do próprio trabalhador em produto (mercadoria).

Os trabalhadores recém libertados só se convertem em vendedores de si mesmos, *depois de lhes terem sido roubados todos os meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência. E a história dessa expropriação* está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (Marx, 2017, p. 787 – grifo nosso).

Esse processo que, ao destituir o trabalhador dos meios dos meios de produção também o transforma em meio de produção/mercadoria, tem um duplo caráter: exploração e expropriação, conforme destacamos no texto. Ao que pese as particularidades da questão social no Brasil, nos voltaremos para

o segundo caráter, ou seja, para a expropriação, pois acreditamos que é por meio desta categoria (expropriação) que se gestam as relações machistas, sexistas e racistas, consubstanciando as particularidades da questão social brasileira, visto que, desde nossas raízes e heranças coloniais, o regime de trabalho escravo, deve ser compreendido/analísado sob a luz da expropriação.

De acordo com Ianni (1992, p. 88), *“o escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Nem sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse”*.

Entretanto, essa não era uma relação harmoniosa, antes, violenta, conflituosa e em constante disputa. De acordo com Ianni (1992, p. 88), [...] *“a contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocai contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saques, expropriação”*.

Se para a análise da questão social, teóricos do serviço social se voltam para as mediações que compreendem a realidade europeia, da consciência política da classe trabalhadora e sua organização como formas de enfrentamento da questão social, incorreremos num grande equívoco se nos utilizarmos deste método para apreensão de nossas particularidades?

Se a análise marxista sobre a questão social se orienta, pela apreensão da lei geral de acumulação capitalista, considerando que o *“desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente a questão social - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social”* (Netto, 2001, p. 45), as manifestações da questão social brasileira, então guardadas a relação com as especificidades do modo de produção capitalista em sua fase monopólica, se expressam na realidade brasileira preponderantemente pelas expressões sexistas – racistas?

Estas são algumas perguntas que neste ensaio objetivamos desenvolver.

Compreendendo que as relações sociais se gestam e são inscritas por determinações históricas que configuram a existência humana, portanto “moldadas” de diferentes formas em diferentes sociedades, buscaremos aqui nos distanciar das análises deterministas econômicas, afim de nos

aproximarmos de mediações que compreendam/expliquem processos sociais sob os quais se fundam o sexismo/machismo e racismo à brasileira.

1.1 Particularidades da Questão Social no Brasil – Gênero, Raça e Classe.

Se considerarmos os escritos Saffioti (2013, p. 203) verificaremos que a formação capitalista madura (nos moldes europeus) pode assim se desenvolver porque, na simbiose propriedade privada e meios de produção, considerou as formações econômico-social particulares, ou seja, *“a colonização brasileira não constitui uma tentativa de implementação de um sistema feudal, mas o estabelecimento de uma economia colonial dependente, servindo aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu”*.

Com vistas a responder as necessidades de exportação, a economia brasileira do período escravocrata, se orientou pela produção de produtos primários, agrícolas e minerais. Erguida sob a égide do capitalismo comercial, o sistema de grande exploração agrícola implantado no Brasil (colônia) visava o lucro. Cabe destacar que, por integrar a divisão social e técnica do trabalho e do capitalismo de modo dependente e periférico, os lucros aqui auferidos, destinavam-se não a elite interna, mas dada sua própria integração ao sistema capitalista internacional à burguesia industrial da metrópole e/ou dos países hegemônicos (ingleses, norte-americanos, franceses, alemães, holandeses, canadenses, etc.).

A história da economia brasileira é a história de uma constante e renovada rearticulação no sistema capitalista internacional, na qual sempre coube ao Brasil, por força da divisão do trabalho entre as nações, a posição de uma peça auxiliar da engendramentos de um sistema autoprodutor. (Saffioti, 2013, p. 205)

Ao articular, simbioticamente, estrutura “feudal” à economia monetária, dada as particularidades acima descritas, o uso da mão de obra escrava no Brasil reestabelece um novo paradigma para apreensão do que seja a escravidão moderna. Em nossa perspectiva, este novo paradigma é a forma própria e particular da manifestação da expropriação do capitalismo aqui implementado. Visto que, na estrutura do capitalismo comercial, ao contrário do escravo preso de guerra (escravidão antiga), o escravo moderno não é apenas

um prisioneiro, antes uma mercadoria, capaz de mobilizar grandes capitais comerciais, também é ele próprio um capital fixo, portanto, um meio de produção para as grandes explorações agrícolas no processo de acumulação capitalista.

Malgrado, para que o desenvolvimento do capitalismo se processasse era suposto o assalariamento (porquanto a forma capital-dinheiro), visto a necessidade do capital variável no desempenho do processo de circulação de mercadorias. Entretanto, como a conversão de mercadorias em dinheiro se fazia no mercado externo, o escravo passou a representar um obstáculo ao pleno desenvolvimento do sistema de produção capitalista no Brasil.

Como os escravos eram expropriados dos meios de produção e de si, não constituíam parte 'circulante' do capital, pois não possuíam salários, assim também não possuíam meios de trocas por meio de subsistência, *“não participando do mercado de consumo, o escravo iria, progressivamente, surgindo como um empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais e, sobretudo, como um obstáculo à nova rearticulação dos subsistemas capitalistas imposto pelo avanço do industrialismo inglês”*. (Saffioti, 2013, p. 2009).

Este processo evidencia um duplo movimento do capital e do capitalismo dependente: de um lado, dada a perspectiva de participação no ciclo internacional do capitalismo, externamente verifica-se superacumulação da burguesia internacional (estrangeira), por outro, no mercado interno, o subconsumo. Para Harvey (2004), a internacionalização do capital institui uma nova modalidade de “política colonial” em que se lança mão sobre o uso da violência e da guerra para manutenção da opressão, da pilhagem e da manutenção deste sistema econômico

Destarte, paradoxalmente, o uso da mão de obra-escrava se configurava como uma forma de capital fixo que justamente por não se constituir numa forma de mão de obra paga, não impedia sua produção e reprodução enquanto força de trabalho, mas enquanto força de trabalho corroborava para o capital variável.

Quer o capitalista pague o trabalhador em dinheiro ou em meios de subsistência, em nada se altera esse conceito essencial. O que se altera é unicamente a modalidade de existência do valor previamente

desembolsado por ele, em que um caso existe sob a forma de dinheiro com o qual o trabalhador compra no mercado, por sua conta, os seus meios de subsistência e, em outro, sob a forma de meios de subsistência diretamente consumidos por ele. A produção capitalista desenvolvida pressupõe em realidade, que o trabalhador seja pago em dinheiro, posto que tem como premissa geral o processo de produção através do processo de circulação. Isto é, a economia monetária. Mas a criação de mais-valia -e, portanto, a capitalização da soma de valor desembolsada – não corresponde nem à forma dinheiro nem à forma natural salário ou do capital investido na compra de forma criadora de valor, da troca de uma magnitude constante por outra variável. (Marx, v. II, p. 195)

Depreende-se deste excerto que, tanto a força de trabalho escrava, quanto a força de trabalho livre, são criadoras de sobretrabalho, portanto, geradoras de mais-valia. Nesta perspectiva, e considerando a economia de dependência, evidenciamos as bases da acumulação que forjam o capitalismo à brasileira, cujas características, nos termos de Harvey (2004), se caracterizaram e ainda se caracterizam pelo subconsumo e sobreacumulação o que, à nossa compreensão, corroborará para acumulação por espoliação da população negra e das mulheres no Brasil, pois compreendemos que estas duas categoriais sociais e políticas, no processo de expropriação, serão as que mais sofrerão com a “proletarização” evidenciando serem, portanto, fundantes da própria particularidade da questão social no Brasil.

O processo de proletarização, por exemplo, envolve um conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas da parte dos que são proletarizados. Estruturas de parentesco, organizações familiares e domésticas, relações de gênero e autoridade (incluindo as exercidas por meio da religião e de suas instituições) — tudo isso tem seu papel a desempenhar. Em alguns casos, as estruturas preexistentes têm de ser violentamente reprimidas como incompatíveis com o trabalho sob o capitalismo, porém múltiplos relatos sugerem hoje que há a mesma probabilidade de serem cooptadas, numa tentativa de forjar alguma base consensual, em vez de coercitiva, de formação da classe trabalhadora (Harvey, 2004, p. 122).

De acordo com Ianni (1992 e p, 91), o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira e sua “pseudo” modernização evidenciam uma enorme discrepância social, dualizando o moderno e o arcaico donde, por um lado, pode-se verificar um processo industrial expansivo e dinâmico e, do outro, uma sociedade primitiva , *“vivendo em nível de subsistência , rural, cuja miserabilidade urbana ostenta padrões de pobreza e ignorância comparáveis*

aos *níveis afro-asiáticos*". Para o autor, este processo estrutural dualizante constitui a base da Questão social.

Malgrado, considerando que o processo de proletarização envolve um conjunto de apropriações de capacidades e relações sociais, conhecimentos, hábitos e pensamentos, dentre outros, o que apreendemos do dualismo, que institui a formação da sociedade brasileira, é que a mulher, assim como o negro, sequer fora considerada *'um outro'*, em que o processo de "superação" da servidão se deu sem que o primitivo fosse superado, ou seja, essas populações (categoriais sociais) sequer foram erigidas enquanto sujeitos e, desta maneira, foram alijadas do acesso à assistência, educação – à cidadania.

Ao que pese a posição social da mulher na sociedade brasileira verificaremos que esta está consubstancialmente relacionada ao modo de produção aqui implementado e aos processos de luta e resistência da população negra. Se aos homens negros era conferido o "*status*" de coisa/mercadoria, o mesmo não se pode dizer sobre a condição das mulheres, em especial as negras, ora vistas como lascivas, propícias a exploração, violência e abuso sexual; ora bestificadas, minimizadas, vistas como animais.

Como a propriedade territorial se constituía como única fonte de direitos políticos, mesmo as mulheres brancas excluídas deste "privilegio" acabavam, por este ângulo, se igualando aos escravos.

Nesta perspectiva, a situação das mulheres brasileiras se igualava à situação das mulheres negras norte-americanas. Assim, na luta "abolucionista norte-americana", iniciada em 1840, as negras já denunciavam o matrimônio e seus efeitos prejudiciais às mulheres. Segundo Davis (2016, p. 63), o casamento roubava "*das mulheres o direito à propriedade, tornando-as econômica e moralmente dependente de seus maridos*". No Brasil, de acordo Saffioti, a mulher era por vezes considerada, em si, um bem econômico.

O direito de herdar a terça envolvia a condição *si in viduitate permanserit*. Portanto, assim como o direito à posse e educação dos filhos do primeiro leito. Assim, a sociedade colocava a mulher diante de um dilema: ou renunciar a ser mulher e viver exclusivamente como mãe ou abdicar forçosamente deste direito, a fim de casar-se novamente. Via de regra, ocorria a renúncia a propriedade e aos filhos do primeiro leito. Saffioti (2013, p. 250).

Mesmo se desintegrando, o regime escravocrata deixou profundas marcas nas mulheres e homens negros. O movimento abolicionista nacional, com forte cunho patriarcal, alijou as mulheres deste processo. Se no período colonial o estupro constituiu forte traço na relação homem branco/mulher negra, no “novo” período de assalariamento e “trabalho livre”, a “*prostituição é a desmistificação da universalização do salariato*”(Saffioti, 2013, p. 252).

A abolição significou à mulher negra a liberdade formal que lhe era anteriormente negada, porém, situou-a abaixo da mulher branca, visto não ser considerada pessoa humana, dada a perspectiva de pertencimento à raça – negra. Entretanto, à ambas são negadas o direito ao sufrágio.

Como mencionado acima, essa realidade evidencia um forte processo de espoliação das mulheres, materializada pela expropriação dos meios materiais de produção e reprodução, (inclusive biológico) da própria vida.

2. Questão Social e a problemática das Identidades.

Para Harvey (2004, p. 139), a concepção clássica da esquerda marxista/socialista era a de que o proletariado, definido como o conjunto de trabalhadores assalariados privados do acesso aos meios de produção ou de sua propriedade, era o agente privilegiado da mudança histórica, concepção esta que, em si, não é contraditória, mas que negligencia as contradições não evidentes no espelhamento da centralidade capital/trabalho em torno do eixo da produção.

Na medida em que os marxistas interpretam ‘**produção**’ como algo necessariamente distinto de ‘**reprodução**’, os aspectos da sociedade são falsamente universalizados e as relações de gênero, tanto nas sociedades capitalistas, como pré-capitalistas, ficam obscurecidas. (NICHOLSON, 1987, p. 34, grifo nosso).

Isto se dá, à nossa compreensão, porque têm-se partido sempre da perspectiva de proletário – relação capital/trabalho europeu (clássico). Nestes, infelizmente, as mediações partem quase sempre de uma perspectiva “eurocentradas”, donde as refrações do eixo da produção se desloca e se atomiza da política do espaço da vida. Neste sentido, a expropriação não era considerada como parte do processo de espoliação da classe trabalhadora. Embora considerasse/ e ainda se considere a exploração com categoria

fundante das relação capital/trabalho, está se manifestava quase que metafisicamente apenas nas relações de produção material e subjetiva no conjunto da vida dos trabalhadores, homogeneizando-os, quando não, uniformizando-os.

Estas priorizações, ora da superestrutura, ora da estrutura, negam o movimento histórico e dialético da sociedade porque negam aos indivíduos “[...] *reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação.*” (Marx e Engels 1977^a: 26-27apud IAMAMOTO, 2008, grifo nosso). Para Marx e Engels (2008), o primeiro pressuposto é a condição de existência humana. Em toda a história verifica-se esta condição, mas para *fazer História* é preciso, antes de tudo, comer, vestir, ter moradia, dormir, etc. Este pressuposto prescinde a condição de poder produzir a vida material.

No âmbito dos processos materiais e de subjetivação, os sujeitos e, aqui me atrevo a demarcar os corpos destes sujeitos, eram degenerificados e desracializados de modo a escamotear os marcadores sociais, que sócio - historicamente os inscreveram e ainda os inscrevem como sujeitos subalternizados.

Malgrado, defendemos que, na atualidade, as classes sociais estão inscritas ou são perpassadas por reivindicações e lutas próprias, como exemplo organização das mulheres, negros ou homossexuais. Cabe destacar, que estas categorias sociais e políticas não configuram em si “novas classes sociais”, mas franjas da classe trabalhadora. Assim, coadunamos com os postulados marxistas em que não haveria mais humanidade caso o trabalho enquanto categoria ontológica estivesse findo.

Para a perspectiva pós-moderna, cuja liquidez da classe trabalhadora se dá pelo anúncio do fim do trabalho e sua centralidade, não existiriam mais classes sociais. Porém, é preciso salientar que é próprio do movimento real do sistema capitalista capturar as lutas sociais e políticas da classe trabalhadora. Dito isto, apontamos que, desde 1970, o processo de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista tende a absorver o conflito que é próprio e inalienável de sua organização e reorganização, ou seja, a exploração do homem pelo homem para extração da mais valia é

refletida como se atravessasse apenas parte/segmentada dos trabalhadores, dando lhes a condição e opção pela liberdade (lutar pela sua especificidade), isto é, objetivando escamotear a luta de classes.

De acordo com Paulo Netto², a sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica e, portanto, existente em si. No entanto, os homens e mulheres, ao contrário da sociedade, sempre atuam teleologicamente. Isto significa que as ações humanas são sempre orientadas por objetivos e implicam, portanto, num projeto pessoal, individual e/ou coletivo. De acordo com o autor:

Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade, como constataram, entre outros, Harvey (1996) e, entre nós, Antunes (2001). (PAULO NETTO, 1999, p. 2, grifo nosso).

De acordo com Netto, embora os projetos sociais envolvam uma dimensão política que implica a relação e disputa de poder e, portanto, a presença na luta social de organizações partidárias, associações e movimentos sociais, estes não contrariam a experiência histórica que sempre tem demarcado a marca das classes sociais que, para o autor: *“[...] correspondem aos projetos societários, estes constituem estruturas flexíveis e cambiantes: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas”*.

Assim, Antunes e Alves (2004, p. 336) aponta:

[...] a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação (Antunes, 1995 e 1999) – e que são despossuídos dos meios de produção. Mas ela vem presenciando um processo multiforme [...].

² O objetivo é imbuir às expressões da questão social a natureza da questão social em si: José Paulo Netto (1999, p. 1), “[...] constituiu um dos primeiros materiais para a discussão acerca do “Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro”, sendo posteriormente reeditado em Portugal (HENRÍQUEZ, 2001) e difundido também na América Latina (Borgianni, Guerra e Montañó, orgs., 2003). Para a presente edição, foram feitas pequenas alterações formais e uns poucos acréscimos bibliográficos.”

De acordo com o autor, com a reestruturação reprodutiva (formas mais desregulamentadas de trabalho) reduziu-se o conjunto de trabalhadores estáveis e os empregos formais, decorrendo disto uma redução do proletariado tradicional (fabril, manual). No mesmo bojo, mais em contra tendência, há aumento do novo proletariado que se caracteriza pelos empregados temporários, terceirizados e subcontratados. “Com a desestruturação crescente do Welfare State nos países do Norte e com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas, ‘informais’, de que são exemplo as distintas formas de terceirização.” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 337).

Associa-se a estes fatores o incremento da participação feminina na produção da força de trabalho que, de acordo com Antunes, tem aumentado em torno de 40% em todo mundo e se caracteriza pela precarização e desregulamentação. Cabe ressaltar que se por um lado há inserção significativa da força de trabalho feminina, por outro este trabalho não é reconhecido, a remuneração é inferior à do homem e os direitos sociais e trabalhistas são também desiguais.

Muitos estudos têm apontado que, na nova divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, freqüentemente com menores níveis de qualificação, são preferencialmente destinadas às mulheres trabalhadoras (e também a trabalhadores (as) imigrantes, negros (as), indígenas etc.). (Hirata, 2002 apud ANTUNES; ALVES, 2004, p. 338).

A absorção da força de trabalho feminino, bem como de outros segmentos sociais pelo setor de serviços, também tem sido um dos fatores que determinaram a reestruturação produtiva. Ricardo Antunes e Alves (2004) apontam que a racionalidade do capital e a lógica do mercado, acrescidas das mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão, também afetaram o mundo do trabalho. Além disso, os autores apontam a exclusão daqueles considerados idosos (contingente da população com idade superior a 40 anos) e dos jovens. “O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista.” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339).

Ricardo Antunes e Alves (2004, grifo do autor), afirmam que o desdobramento da reestruturação produtiva desenvolve no mundo do trabalho uma crescente expansão do trabalho desenvolvido pelo Terceiro Setor. Este se caracteriza por atividades desenvolvidas em empresas sem fins diretamente mercantis ou lucrativos, predominando sobre estas instituições formas de trabalho voluntário de caráter assistencial. Assim, destaca o autor:

A expansão desse segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, num quadro de desemprego estrutural. Esta forma de atividade social, movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido certa expansão, por meio de trabalhos realizados no interior das ONGs e de outros organismos ou associações similares. Trata-se, entretanto, de uma alternativa extremamente limitada para compensar o desemprego estrutural, não se constituindo, em nosso entendimento, numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339-340).

De acordo com Mota (2010, p. 31), essas “novas mudanças” redefinem dimensões de espaço e tempo, entretanto, ampliam o desemprego bem como as situações de indigência e miséria. Sem romper com a lógica do mercado, o período instaurado a partir da década de 1980 passa a assegurar, por meio da ofensiva ideo-política, redefinições de estratégias para superacumulação, que passam por estratégias culturais, de sociabilidade à reforma intelectual e moral.

Malgrado, a mercantilização da vida transforma os sujeitos de direitos em cidadãos consumidores, o trabalhador em empreendedor, o desempregado e cliente da assistência. Numa palavra, os sujeitos sociais são escamoteados ao “*individualismo possessivo*”.

Decorre desta nova realidade a fragmentação dos interesses classistas e a proliferação de movimentos sociais identitários, “*ao mesmo tempo em que a burguesia consegue articular e agregar os interesses do capital de todas as partes do mundo, fragmenta as identidades e as necessidades daqueles que vivem do seu trabalho*” (Motta, p.32). Para a autora, é neste contexto que a compreensão da Questão Social se amplia e ultrapassa o seu próprio sentido original.

Entretanto, discordamos da autora que afirma que, “*em certa medida as lutas sociais perdem forças*” naquele contexto, pois compreendemos que o surgimento dos “novos movimentos sociais” que pautaram as particularidades

das identidades sociais e políticas não se constituíam, em si, enquanto movimentos sociais identitários, mas fora a ausência e/ou marginalidade a qual as pautas particulares foram escamoteadas é que fizeram com que boa parte destes movimentos fosse cooptados pelo movimento do capital e apreendido analiticamente pela meta-narrativa donde a pós-modernidade inscreveu sua análise ideo-política.

Desta maneira, também discordamos que a *Questão Social, tenha sido deslocada da relação entre trabalhadores e acumulação capitalista, para ser identificada genericamente com as expressões da pobreza.* (Mota, 2010 p. 32), pois como vimos, ao que pese as particularidades da Questão Social no Brasil, esta é inscrita e circunscritas pelas relações consubstanciais de gênero e raça.

2.1 Subvertendo as Identidades – Consolidando o Concreto!

A introdução da categoria gênero no desvendamento das relações sociais evidenciou a realidade da sociedade (capitalista/burguesa) que, a partir das diferenças biológicas, criou desigualdades donde o gênero masculino se sobrepôs ao feminino a partir da divisão de tarefas na execução do trabalho. No desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista, isto se materializou na divisão social do trabalho.

Assim, acredita-se que a categoria gênero esteja intimamente relacionada à categoria patriarcado. Neste sentido, a articulação destas duas possibilita maior apreensão sobre os complexos sociais que transformam diferenças biológicas em desigualdades sociais (entende-se por desigualdades sociais as expressões oriundas da relação capital x trabalho), constituindo a Questão Social.

De acordo com Saffioti (1987), a identidade social da mulher, assim como a do homem, na sociedade capitalista, se constrói através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera verem cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. Por isso, quando as crianças nascem, dentro da perspectiva do capitalismo patriarcalista, tem seu campo de atuação delimitado. Neste sentido, é na família que se corrobora que homem e mulher devam agir conforme as regras impostas pela sociedade. É nesta instituição que cabe aos pais a responsabilidade de transmitir delimitações aos filhos,

sendo a maior parte desta à mãe, em manter a ordem do lar e, portanto, educar os filhos para que cumpram tais regras, delimitando qual papel cabe ao homem e qual à mulher. Assim, desde criança são atribuídos símbolos distintos ao homem e a mulher.

De acordo com Franklin (2000, p. 43), a existência do Homem pode ser apreendida como uma contínua tentativa de se sociabilizar e, esta sociabilização, está intrinsecamente ligada às constantes transformações pessoais e sociais. *“Esse processo permite ao indivíduo identificar objetos em sua especificidade, reconhecer a si mesmo e aos outros como indivíduos e organizar suas ações em seu contexto de vida”* (FRANKLIN, 2000, p. 44, grifo nosso).

Se esta não fosse historicamente determinada, os indivíduos estabeleceriam relações sociais e interpessoais mediadas pela superestrutura, pela representação social-mundo simbólico. Para Franklin, a constituição do mundo simbólico pessoal só é possível porque os indivíduos estão socialmente organizados, quer dizer, as concepções de que a realidade do mundo simbólico só se desenvolve socialmente são um processo dialético no qual o indivíduo é coprodutor tanto da sociedade como de si próprio. Em relação à identidade feminina, pode-se afirmar que a mulher como “responsável” pela educação – sociabilização dos filhos é a “primeira” em ratificar e/ou construir as relações de gênero dicotomizadas. Embora não sejam elas as responsáveis diretamente pela opressão e exploração a que estão submetidas, são as que, dentro daquilo que lhes fora atribuído (espaço doméstico, primeira sociabilização), reproduzem o modo apreendido.

Malgrado, a sociedade tem atribuído historicamente e de modo determinado o que é ser mulher, assim como o que é ser homem. Neste sentido, tem delimitado espaços, corpos, formas de ser, agir, de se comportar e de pensar.

Se dois indivíduos pertencentes cada um a uma civilização diferente não são semelhantes (e o raciocínio também se aplica bem aos membros de uma mesma sociedade), significa, acima de tudo, que eles foram condicionados de uma maneira diferente, em particular durante os primeiros anos de vida; depois, é a sociedade que decide a natureza desse condicionamento. A forma da personalidade de cada sexo não foge a essa mesma regra: é o produto de uma sociedade que cuida para que cada geração masculina e feminina se adapte ao tipo que ela impôs. (Mead apud TOLEDO, 2001, p. 22).

Destarte, verifica-se que identidade e diferença partilham uma importante característica resultado de atos de criação social e que, portanto, não são “elementos” da natureza. Identidade e diferença têm que ser ativamente produzidas. De acordo com Silva, elas não são criaturas do mundo natural ou transcendental, mas do mundo real e concreto e, neste sentido, fabricadas no contexto de relações econômicas e sociais.

A delimitação de espaços, formas de ser, agir e estar no mundo de modo bipolar demonstra que a construção da identidade a partir da diferença é uma relação social que está sujeita a vetores de força e de poder. As identidades sociais tanto dos homens, quanto das mulheres, não são simplesmente definidas, são construídas por meio de uma imposição hierárquica. Esta imposição não se dá de modo “harmonioso”, ao contrário, se dá através de disputas conflituosas.

3. Considerações.

O artigo ora apresentado objetivou contribuir para a análise das categorias questão social – gênero e classe. Para tanto, partiu do pressuposto que tais relações são co-produtoras uma das outras, nas dimensões extensivas e intensivas, ou seja, são consubstanciais.

Neste sentido, busquei apresentar como a Questão Social, compreendida como relação capital/trabalho, não se modifica com a inscrição das relações de sociais de sexo e gênero, mas evidencia como, propositadamente, o capitalismo implementado no Brasil se particularizou pela divisão sexual do trabalho, donde a superexploração da mulher, especialmente da mulher negra, se constitui enquanto determinação central e fundadora das desigualdades entre os sexos.

Não obstante, busquei evidenciar como, no movimento de reestruturação produtiva, as identidades unitárias foram cooptadas pelo movimento do capital e apreendidas pela perspectiva pós-moderna como pautas particulares, individuais e, portanto, identitárias.

Dito isto, considero ser de suma importância a recapitulação da categoria identidade a partir da apreensão marxista, visto ser, em minha perspectiva, uma categoria fundamental ao processo de mediação a

concepção humano-genérica, bem como a mediação política que mediatiza a subjetivação e o trabalho enquanto categorias ontológicas capazes de reestabelecerem as causalidades que, historicamente, bipolarizaram e dicotomizaram as relações entre homens e mulheres, brancos e negros.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2012.

ANTUNES, R. **O Continente do Labor**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012.

CISNE, Mirla. Gênero, Classe e Questão Social, In: _____. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões. 2012.

FERNADES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de Interpretação.

FRANKLIN, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Edições Loyola, SP, 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano II. n. 3, jan./jul. 2001).

IANNI, Otávio. **Raça e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 2 v.

MOTA, Ana E. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: Ana Elizabete Mota. (Org.). **O Mito da Assistência Social- ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013

NETTO. Jose. P. Cinco Notas A Propósito da Questão Social. **Temporalis**, Brasília, ano II, n. 3, jan./jul. 2001.

SAFFIOTI. Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Expressão Popular. São Paulo, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Xamã, 2001.